



Um passado que não quer passar

► **Ao ver militares na política, lembro de um velho ensinamento de Churchill: não se deve alimentar um crocodilo na esperança de não ser devorado por ele**

A questão mais séria que a democracia brasileira tem de enfrentar é, sem dúvida, a da participação dos militares na vida política. Os militares defenderam explicitamente o golpe parlamentar contra Dilma Rousseff, homenagearam Sérgio Moro e a Lava Jato, ameaçaram publicamente os juízes do STF, apoiaram descaradamente Jair Bolsonaro durante a sua campanha e, hoje, são ministros, presidentes de empresas estatais e diretores de altos cargos na administração pública civil.

Na semana passada, e na sequência de declarações do presidente da CPI da Covid, os chefes militares dos três ramos das Forças Armadas brasileiras emitiram um comunicado, no qual afirmam que “não aceitarão qualquer ataque leviano às instituições que defendem a democracia e a liberdade do povo”. Esse comportamento é absolutamente inaceitável em democracias. Talvez seja chegada a altura de os democratas brasileiros pararem de fingir que nada está a acontecer.

Há boa razão para os militares não se envolverem em política, as armas que lhes foram confiadas. Essa força lhes foi conferida pela soberania popular em nome da defesa e da segurança nacional, e a

única forma de ser exercida é em nome da unidade nacional. Sendo a política por natureza plural, diversa e disputada, a única forma de as Forças Armadas aspirarem a representar a Nação como um todo único e indivisível é ficar longe da política, longe dos partidos, longe das facções. Quando um exército se coloca a favor de uma parte da nação contra a outra, não é mais um exército, e sim um grupo de ativistas políticos armados.

O que está a acontecer debaixo dos nossos olhos é a deriva institucional de uma corporação que em qualquer democracia deveria simbolizar a unidade nacional. E não tenham dúvidas, a primeira vítima desse comportamento será o próprio prestígio das Forças Armadas. Em si próprio, isso representa uma tragédia para a democracia brasileira.

Não bastasse, temos ainda a sombra da história. A triste, sórdida e lamentável história dos militares na política em toda a América Latina na segunda metade do século XX. História de opressão, de tortura, de sofrimento e de exílio de milhares e milhares de patriotas escoraçados dos seus países por crimes de pensamento e de opinião. História que ensombra também a nação norte-americana, dividida entre o seu amor à República e a tentação imperial. História que se pode contar a partir da Guatemala, em 1954, com o golpe militar que derrubou Jacobo Arbenz, e que atingiu seu ápice com a deposição e assassinato do presidente Salvador Allende no Chile, em 1973.

Um dos biógrafos de Henry Kissinger escreveu, então, que o medo do Secretário de Estado “não era que Allende fosse votado para presidente, mas que, depois de seis anos no cargo,

saísse pacificamente nas próximas eleições seguintes se as perdesse”. Sim, o verdadeiro medo era que se percebesse que aqueles que chamavam de violentos comunistas não passassem, afinal, de democratas empenhados numa governação social. Entre a Guatemala e o Chile tivemos ainda o Brasil, a Argentina, o Paraguai, a Bolívia, e por aí afora. Essa memória histórica é uma ferida, um pesadelo, um passado que não quer passar.

Olhando brevemente para trás, podemos ver como a política brasileira deslizou lentamente para a beira do abismo. Primeiro, normalizou a ideia de que se pode retirar do poder presidencial, sem qualquer crime de responsabilidade, quem legitimamente o conquistou nas urnas. Depois, normalizou o uso da prisão como instrumento político. Depois, ainda, aceitou calmamente o regresso da violência à retórica política. Finalmente, aceitou também o regresso dos militares à política brasileira, realizado em nome de uma purificação nacional.

Em fevereiro do ano passado, vários comandantes militares apelaram a uma manifestação popular contra o Congresso Nacional. Agora ameaçam o funcionamento de uma CPI. Não sei o que é preciso mais acontecer. O silêncio não é mais questão de indiferença, mas de complacência. Aqui, na Europa, tivemos um período que os historiadores hoje chamam de “política de apaziguamento” com a Alemanha nazi. Nas palavras de Churchill, essa política serviu para alimentar o crocodilo na esperança de ser o último a ser devorado. É essa ideia que me vem ao espírito quando penso na presença de militares na política brasileira. •

redacao@cartacapital.com.br